



ANÁLISE DA ATIVIDADE ECOTURÍSTICA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Gislane ROCHA DE SIQUEIRA GAVA (1)

(1) CEFET Petrolina, Av. Presidente Dutra, 375 – Centro CEP 56304-230, Tel. (87) 3861-8230,
gislanerocha@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo centra-se na análise do ecoturismo relacionado com o desenvolvimento sustentável. Levanta questões relacionadas a atividade ecoturística e ao desenvolvimento sustentável. Tem como objetivo demonstrar a necessária multidisciplinaridade de todo o processo que envolve a atividade ecoturística e o desenvolvimento. A relevância deste artigo está na tentativa de oferecer subsídios preliminares para o início de uma reflexão mais ordenada sobre os principais aspectos envolvidos na internalização da questão ambiental envolvendo o ecoturismo e o desenvolvimento sustentável. A metodologia priorizou a pesquisa descritiva, de caráter fundamentalmente qualitativo, através da revisão bibliográfica. Busca-se esclarecer a relação do ecoturismo que envolve o desenvolvimento sustentável, a promoção da conservação da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a satisfação física e moral das comunidades envolvidas, onde conclui-se, apontando a importância da participação efetiva da comunidade durante todo processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Ecoturismo; Desenvolvimento sustentável; Participação; Comunidade local.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 no seu artigo 225 (BRASIL, 2001) estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Durante muito tempo a idéia de proteger áreas naturais era totalmente incompatível com a presença humana. Atualmente, esses conceitos estão sendo modificados e existe uma aceitação da idéia de que é possível a existência de convivências harmoniosas entre o homem e a natureza.

Uma das maneiras de se entender o meio ambiente e, portanto, poder manejá-lo e utilizá-lo para os mais diversos fins é estudando-o profundamente. De acordo com Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981) no seu artigo 3º, meio ambiente pode ser entendido como o conjunto das condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. O manejo adequado do ambiente para sua utilização na atividade ecoturística requer o conhecimento das regras que governam o ecossistema.

O ecoturismo surge então com a proposta de compatibilizar esta convivência. É uma das atividades ligadas à natureza que mais cresce no mundo. Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT, o turismo cresce cerca de 7,5% ao ano, enquanto a atividade de ecoturismo cresce aproximadamente 20% ao ano. Estudos apontam que ainda nesta década o ecoturismo represente 5% do turismo mundial e que na próxima década este número tenha duplicado.

Há diversas hipóteses para tentar explicar o porquê das pessoas estarem buscando esse tipo de atividade. As mais comuns são a preocupação ecológica, a conscientização da importância do meio ambiente e a fuga da rotina e do estresse dos grandes centros urbanos objetivando renovação física e espiritual¹. Estima-se que mais de um milhão de pessoas no Brasil pratiquem o ecoturismo, que deve empregar milhares de pessoas, através de, no mínimo, 10 mil empresas e instituições privadas ligadas direta e indiretamente à atividade.

Considerando o potencial que o Brasil possui para desenvolver o ecoturismo e a necessidade de uma conceituação da atividade, em 1994 um Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pelo Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR elaborou um documento intitulado Diretrizes para uma Política de Ecoturismo definindo o ecoturismo como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p.19).

O caminho para que as condições acima se desenvolvam é o que se chama de desenvolvimento sustentável². Este conceito propõe a integração da comunidade local com atividades que possam promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, recursos esses característicos das paisagens geográficas. Tais paisagens geográficas, com a difusão do uso turístico do espaço, foram se transformando, adaptando-se e sofrendo modificações decorrentes da expansão turística, sendo neste conglomerado de paisagens naturais e culturais que, basicamente, a atividade turística se desenvolve, influenciando a localidade durante e após sua ocorrência.

1 Muitos buscam tranquilidade, energização e aventura causada pelo desconhecido.

2 Informa Castilho (2003, p. 52) que a partir dos anos 70 pretendeu-se apreender as relações entre as práticas sócio-espaciais e o seu meio ambiente específico, tentando responder às demandas do presente procurando resolver os seus problemas imediatos e contemporâneos, mas sem prejudicar a capacidade das futuras gerações. E ainda coloca a argumentação de Passet (2002, p. 17): A passagem para o plano global não permite que se possa continuar falando de disfunção: duas lógicas defrontam-se, a do desenvolvimento [preferimos o termo crescimento ao desenvolvimento] econômico e das regulações naturais, ameaçando a primeira destruir a segunda, e com isto arruinar a sustentação de toda vida humana. Impõe-se então a questão do desenvolvimento durável ou sustentado, definido pelo relatório Brundtland como aquele 'que permite atender às necessidade do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades'. Neste mesmo movimento, apresenta-se à economia a questão da solidariedade intergeracional (Ibidem).

O ecoturismo é um segmento do turismo de natureza diferenciando-se deste quando engloba em sua conceituação o desenvolvimento sustentável, a promoção da conservação da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valoração das culturas tradicionais locais e a satisfação física e moral das comunidades envolvidas.

Atualmente, o número de turistas que visitam áreas naturais tem crescido de forma surpreendente e, no Brasil, as unidades de conservação são definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000) como espaço territorial e seus recursos naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; são consideradas as principais referências para a prática do ecoturismo, devido às suas belezas naturais, cênicas, riqueza de biodiversidade, aspectos históricos e a possibilidade do contato com a natureza e com as culturas das populações locais.

Contudo, essa tendência não tem sido acompanhada pelo planejamento e gestão adequados dos locais visitados, principalmente em áreas ecológicas e culturalmente frágeis. A maioria das áreas protegidas não está preparada para este aumento de demanda. Muitos administradores dessas áreas não estão preparados para o turismo, enfrentando hoje o desafio urgente de planejar e gerir o crescimento do turismo a fim de que possa ser benéfico tanto para a unidade de conservação quanto para as comunidades circunvizinhas.

2. CONSIDERAÇÕES ENVOLVENDO LAZER, TURISMO E MEIO AMBIENTE

Para fazer turismo é necessário a alocação do tempo e do espaço³. Mas o que é tempo? Um rio ondulante que carrega todos os nossos sonhos? Ou os trilhos de um trem? Talvez ele tenha curvas e desvios, permitindo que você possa continuar seguindo em frente e, ainda assim, retornar a uma estação anterior da linha, filosofa com graça que nos faz pensar o pesquisador S. Hawking (2001, p. 31).

Não pretendemos com isto teorizar a respeito das conjecturas universais de Einstein, Newton ou Hawking. A questão apresentada aqui é bem mais simples. Trata-se da compreensão de conceitos relacionados ao uso do tempo livre, do lazer e do turismo.

Para Medeiros (1971, p.4), tempo livre é o tempo de folga que lhes resta, depois de atendidas as necessidades da sobrevivência e cumpridas as obrigações, no entanto, cada qual o preenche a seu modo, de acordo com um estilo de vida pessoal e segundo costumes do grupo a que pertence.

Diante da urbanidade conturbada em que se vive, o lazer vem sendo considerado uma necessidade básica. Buscando recuperar energias – desgastadas pelas tensões urbanas, agitações, estresses e ruídos – apresenta-se o tempo livre e o lazer como uma oportunidade para momentos de descontração e, dentro do lazer tem-se a atividade turística.

O lazer, segundo Dumazedier (1994, p.34) é o conjunto de ocupações às quais os indivíduos podem entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se e entreter-se e/ou para desenvolver sua formação e informação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

A atividade turística é um tanto complexa, envolve uma gama de relações e fenômenos causados pelo fluxo e permanência de pessoas em variados destinos. Contudo, há uma necessidade de buscarmos uma conceituação para fins de delimitação de contexto. A Organização Mundial do Turismo - OMT em 1994 coloca que o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos ao de seu entorno habitual⁴, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidades de lazer, negócios e outros (apud ANSARAH, 2001, p. 20).

3 É nas áreas receptoras que ocorre de forma mais acentuada o consumo do espaço tendo alterada, inclusive, sua ocupação anterior. A utilização, *turistificação*, da paisagem pode se tornar mais visível quando utilizamos as categorias de análise do espaço: forma, paisagem, função e estrutura; às quais Santos (1985) acrescentou os processos e a observação de que estas categorias devem ser analisadas de forma sistêmica.

4 Entende-se entorno habitual como certa área ao redor de seu lugar de residência acrescida de todos aqueles lugares que visita frequentemente (OMT, 2003).

O turismo e o lazer vêm assumindo uma importância cada vez mais destacada, sendo considerados atualmente um dos setores que mais crescem no mundo e que mais mobilizam recursos – gerando a necessidade de pesquisas e conceituações. Contudo, os conceitos de turismo, lazer e tempo livre não são estáticos, uma vez que mudam conforme o dinamismo das relações sociais, acompanhando o processo histórico.

Na nova divisão social, técnica e territorial do trabalho, marcada pela globalização⁵ da economia e pela mundialização da cultura, o Brasil se inscreve com enorme potencial turístico, notadamente a partir dos primeiros anos da década de 1990, quando começaram a ser sistematizadas políticas públicas objetivando a transformação dos recursos em atrativos turísticos; políticas estas ditadas pelos atores do capitalismo⁶ transnacional. Um bom exemplo é o Prodetur I, seguido do Prodetur II. Trata-se de um projeto iniciado em 1994 sob orientação do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID/Banco Mundial em parceria com o Banco do Nordeste - BNB e, posteriormente, os sub-mutuários (Estados).

A importância do turismo, como um instrumento que promove crescimento econômico, torna-o particularmente relevante ao desenvolvimento sustentável. De acordo com Costa (2002, p. 46-4) os benefícios sociais⁷ e econômicos⁸ do turismo protagonizados pela OMT, dentro do PNUMA⁹, são:

- a) A geração de emprego local, tanto diretamente no setor turístico como nos diversos setores auxiliares e de gestão de recursos;
- b) A geração de divisas;
- c) A diversificação da economia local, em especial nas zonas rurais e no entorno, em que o emprego na agricultura é esporádico e insuficiente;
- d) O estímulo ao aperfeiçoamento das infra-estruturas de transportes e comunicação locais, com consequentes benefícios para a população local;
- e) A criação de instalações recreativas que podem ser utilizadas tanto por comunidades locais como por visitantes;
- f) Uma correta organização, que possa proporcionar um mecanismo de autofinanciamento para a manutenção de parques nacionais e, portanto, servir de instrumento para a conservação do patrimônio natural.

Tais benefícios poderão se tornar uma realidade se levarmos em consideração o planejamento e a gestão adequados, dentro de um processo participativo e sustentável capaz de gerar mudanças positivas significativas de âmbito sócio-ambiental e econômico-cultural abrangendo toda sociedade.

As iniciativas do setor público em parceria com o privado em prol do benefício social são louváveis, contudo, é bom lembrar que o novo empresariamento urbano, realizado através da parceria público-privado, está voltado para o investimento e o desenvolvimento econômico na construção especulativa de um lugar, com objetivos imediatos nos campos políticos e econômicos, e pouco voltado para a melhoria de qualidade de vida de uma determinada área.

Este cenário promoveu o surgimento da necessidade de contemplação da natureza, e o início de uma consciência ecológica que impulsionou algumas discussões de como conservar as áreas representativas da

5 Santos (1996, p. 151) destaca a emergência de uma unicidade da técnica, de uma unicidade do tempo (com a convergência dos momentos) e de uma unicidade do motor da vida econômica e social. Estas três unicidades são a base do fenômeno da globalização e das transformações contemporâneas do espaço geográfico.

6 Capitalismo tardio e profundamente desigual, cujos efeitos sobre as cidades não tardam (FERNANDES, 2001, p. 41).

7 Dixon e Sherman (1990 apud KINKER, 2002, p. 37) afirmam que são, além da manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos, as oportunidades de recreação e ecoturismo, as oportunidades de educação ambiental e pesquisa, e a proteção dos valores estéticos, espirituais, culturais, históricos e existenciais.

8 Segundo Wearing e Neil (2001, p. 71-72) o turismo em áreas de proteção pode trazer crescentes benefícios econômicos, tanto pelos gastos diretos dos turistas quanto pelas oportunidades de emprego que gera, seja dentro do parque ou em suas áreas adjacentes (...) mais alerta ser esta uma questão complexa uma vez que, em alguns casos, pouco desse benefício é realmente distribuído entre as comunidades locais.

9 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

vida natural no planeta. De acordo com Ajara (apud CASTILHO, 2003, p.42) a crise ambiental deriva de um modelo de desenvolvimento desigual para as sociedades humanas e agressor para os sistemas naturais, fato que reafirma a necessidade de abordagens dos desafios de natureza social e ecológica.

A idéia de diminuir as interferências humanas destrutivas sobre o meio ambiente tem início na Europa, principalmente na Inglaterra, berço da Revolução Industrial. Inúmeros impactos de ordem sócio-ambiental são verificados neste momento, devido principalmente, ao crescimento populacional desordenado das grandes cidades, e motivado pelas instalações de inúmeras indústrias têxteis que demandavam mão-de-obra. Tal idéia preservacionista (do meio ambiente) aos poucos foi evoluindo, deixando de ser tema restrito de pesquisadores, ganhando capítulos em leis e sendo manchete de noticiários.

A percepção do cidadão-turista também apresenta mudanças, atualmente, uma das primeiras observações realizadas por ele quando adentra em uma região ainda desconhecida, é fazer a comparação entre a vegetação desse novo lugar com a do local de sua residência¹⁰. Este mesmo cidadão, constantemente tragado pela crescente e desordenada urbanização, sente necessidade de maior contato com o verde, hoje escasso nas grandes metrópoles e busca através de atividades ligadas à natureza – donde se inclui o ecoturismo – suprir essa deficiência presente na maioria dos grandes centros urbanos.

Segundo Castilho (2003, p. 42) a problemática ambiental reafirma-se nos nossos dias como uma problemática inerente à dinâmica sócio-espacial na sua complexidade, remetendo-nos à perspectiva de pensar um modelo alternativo de desenvolvimento humano, modelo este inserido na atividade ecoturística. No entanto, é necessário destacar que para interpretar uma atividade como sendo ecoturística, quatro condições básicas devem ser observadas: respeito às comunidades locais; envolvimento econômico efetivo das comunidades locais; respeito às condições naturais e conservação do meio ambiente, e por fim a interação educacional – resultando na garantia de que o turista incorpore para a sua vida o que aprende em sua visita, gerando consciência para a preservação da natureza e dos patrimônios histórico, cultural e étnico.

Um modelo alternativo de desenvolvimento econômico deve permitir uma profunda revisão das práticas atuais de utilização do patrimônio natural, através de um novo paradigma de organização social e de padrão de produção e consumo. Tal paradigma é necessário uma vez que os sinais de vulnerabilidade do ecossistema planetário dão a dimensão de uma crise ecológica com o esgotamento progressivo da base de recursos naturais, uma crise ambiental com a redução da capacidade de recuperação dos ecossistemas e, também, uma crise política possibilitando o esgotamento do estoque de recursos, padrões insustentáveis de consumo ou iniquidades no acesso a eles. Sugere-se assim, um desenvolvimento baseado na sustentabilidade, capaz de resolver problemas sociais e utilizar recursos naturais de tal forma que possam vir a ser usufruídos pelas futuras gerações sem perda de produtividade e qualidade de vida.

3.RELAÇÕES TEÓRICAS ENTRE ECOTURISMO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COMUNIDADE LOCAL

Foi na Conferência Globe'90 (OLIVEIRA, 2000) que se debateu sobre as primeiras estratégias de ação envolvendo turismo e sustentabilidade. Neste momento discutiu-se a importância do meio ambiente para a sustentação das atividades turísticas e os impactos negativos decorrentes de empreendimentos turísticos mal planejados.

É desta relação entre o turismo e a sustentabilidade que surgem questionamentos mais aprofundados envolvendo o ecoturismo, como um dos instrumentos para a gestão responsável e sustentada dos recursos naturais. Onde o desenvolvimento sustentável é entendido como um processo que habilita o desenvolvimento, mas sem aniquilar os recursos que viabilizam o tal desenvolvimento. Quando associado à atividade turística o conceito se assemelha a uma forma de turismo brando, amigável para o meio ambiente, humanizado¹¹, capaz de provocar o menor dano possível aos recursos naturais.

10 Conforme pesquisa realizada na França, pela Universidade de Toulouse.

11 Sobre este tema ver Krippendorf, J. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1989.

Segundo Pearce (1989 apud BENI, 2003, p. 61) o turismo sustentável pode ser definido como a maximização e otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança sob as quais serão oferecidos os serviços turísticos, para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados. E é diante desta nova tendência mundial de desenvolvimento que surge um novo tipo de consumidor, com interesse em aprender¹² e se comunicar com a população local, trata-se do visitante chamado de ecoturista.

O ecoturismo representa o seguimento da atividade turística que possibilita este contato. O ecoturismo, além de facilitar o contato mais próximo com a natureza também favorece uma interação fluida entre hospedeiros e visitantes, atraindo um número cada vez maior de entusiastas pelo mundo todo.

Boullón (2002) centraliza sua reflexão sobre o ecoturismo em quatro pontos que considera fundamentais: presença de uma área protegida; experiência satisfatória do visitante; atuação de um sistema administrativo eficiente; e o cumprimento do princípio de sustentabilidade. A aplicabilidade desses pontos de forma adequada e freqüente é uma questão a ser destacada.

Deve-se lembrar que o ecoturismo é um segmento do turismo ligado à natureza que traduz a máxima consideração à conservação do meio ambiente, englobando os sistemas da vida selvagem e ecológicos, a diversidade biológica e a preocupação com a educação ambiental¹³ – dos turistas e da comunidade local, conservando ainda as tradições e identidades culturais locais gerando benefícios para as mesmas.

De acordo com Krippendorff (1982 apud FENNELL, 2002, p. 21) esse enfoque mais “ameno” coloca os recursos culturais e naturais no primeiro plano do desenvolvimento e do planejamento, em vez de considerá-los só num momento posterior. É necessário entender que o ecoturismo não deve entrar em conflito com o crescimento econômico, sendo este vital para o combate à pobreza, a melhoria dos padrões de vida e a promoção da proteção ambiental.

Deve haver a compreensão de que para se atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável é necessário, e diria até, imprescindível a participação efetiva da comunidade.

Contudo, conforme apontado por Murphy (1985 apud SCHLÜTER, 2002, p. 217) embora a participação da comunidade dê a cada destino turístico seu aspecto diferenciado, tal participação em geral é difícil de ser alcançada. As situações conflitantes que surgem devem ser geridas com planejamento participativo ativo e integrador unindo os atores sociais e o Estado em um único propósito, ou seja, o desenvolvimento sustentável.

É notório observar que o sucesso do desenvolvimento sustentável suscita uma abordagem integradora e sistêmica¹⁴ permitindo compreender o papel das partes isoladas em um todo tanto em nível global quanto local. O planejamento¹⁵ da atividade turística terá sucesso se interagir com os demais processos que compõem o desenvolvimento, não se restringindo apenas àqueles ligados ao lazer (BUTLER, 2002). Os resultados do desenvolvimento do turismo em nível local podem ser desastrosos caso não haja adequada integração entre as atividades e os processos locais (BUTLER & HALL, 1998; BUTLER, 2002).

12 Aprendizagem que poderá ser otimizada através da Educação Ambiental.

13 A meta da educação ambiental é desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente para atuar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas (BARBIERI, J.C., 2004, p. 76). A idéia é que as pessoas sejam capazes de propor soluções e não apenas inferir denúncias, embora estas devam ser as primeiras atitudes diante de desmandos sócio-ambientais e, produzir mudanças nas suas próprias condutas equivocadas.

14 Os trabalhos de planejamento e gestão do território no âmbito geográfico muito têm utilizado o método sistêmico para suas análises. Essa teoria se fundamenta na distribuição da energia, partindo do princípio de que os elementos formadores do sistema relacionam-se entre si formando um todo unitário e complexo, traduzindo o mesmo que se refere Milton Santos – a totalidade espacial (RODRIGUES, 2001).

15 Ao discutir o planejamento do gerenciamento do turismo para o futuro, Maitland (1998, p. 2) comenta: *Existe uma integração crescente entre o turismo e outras indústrias e entre os visitantes e as populações hospedeiras que não têm nenhuma conexão com o turismo. A consequência é que precisamos de um planejamento turístico que integre o desenvolvimento do turismo a estratégias mais abrangentes, para o desenvolvimento de locais e negócios não turísticos* (apud BUTLER, 2002, p. 100).

Atualmente, na maioria das situações a conquista da sustentação é muito mais um objetivo a ser alcançado do que uma realidade e, é bem provável que a integração completa do desenvolvimento do turismo e do planejamento integrado sustentável não seja concluída – se é que foi iniciada - em muitas comunidades.

Diversos especialistas¹⁶ afirmam que um dos temas teóricos de pesquisa nos estudos do desenvolvimento do turismo é o que trata da necessidade de “um turismo com maior participação dos residentes”, o que equivale a dizer, parafraseando Dann (2002) que deverá haver uma participação mais democrática nas tomadas de decisões com relação a questões voltadas para o turismo através de membros da sociedade do destino.

Hawkins (apud DANN, 2002, p.41) afirma que esse tema da maior participação da comunidade, nos remete a três questões de pesquisa:

- 1) A identificação das medidas que assegurem que o desenvolvimento do turismo esteja em harmonia com os objetivos socioculturais, ecológicos e históricos da comunidade local, juntamente com quaisquer outros valores e aspirações relacionados;
- 2) A busca de abordagens criativas para promover a participação dos cidadãos nos benefícios econômicos gerados pelo desenvolvimento do turismo;
- 3) Melhor compreensão da percepção, valores e prioridades dos residentes a respeito do papel desempenhado pelo turismo na comunidade.

É importante observar que as três questões acima podem ser trabalhadas com base em conceitos teóricos e centradas na busca de propostas para os conflitos que tais análises certamente iram fazer emergir. Uma variável a ser tomada como adequada para a estrutura acima é com relação à problemática causada pela falta de habilidade da comunidade local na tomada de decisões¹⁷ e, dos agentes indutores em não dominarem técnicas realmente capazes de contornar tal impasse.

Questões voltadas para o desenvolvimento sustentável e para participação da comunidade vem sendo formuladas desde 1987 quando da elaboração¹⁸ do relatório “Nosso Futuro Comum” definindo uma política de desenvolvimento sustentável que “atenda às necessidades de hoje, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (OMT, 2003). Mais tarde, corroborando e detalhando tal política de desenvolvimento sustentável aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁹ que adotou a Agenda 21²⁰. Desde então, diversas instituições e governos têm sido sugestionados a adotar em seus estudos tal política de desenvolvimento.

Diante de tal necessidade, a Organização Mundial do Turismo – OMT adotou a abordagem sustentável para o turismo, aplicando os princípios do desenvolvimento sustentável a todos os seus estudos de planejamento e de desenvolvimento turísticos. Contudo, seria necessário criar uma definição do turismo sustentável que pudesse nortear as ações em nível global, sendo então colocado pela OMT (2003, p. 24) que o desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

16 No estudo intitulado “Temas teóricos para o futuro desenvolvimento do turismo: identificando a agenda”, são apresentadas ao longo do trabalho diversas abordagens de pesquisas realizadas por variados especialistas chegando-se a uma futura agenda de pesquisa com uma proposta de trabalhar 19 temas turísticos (DANN, 2002, p. 41).

17 Sugere-se como material de apoio objetivando ajudar a contornar esta situação o artigo de Christofolletti, A. *O uso de modelos no planejamento ambiental e tomadas de decisão*. In: Christofolletti, A. *Modelagens de sistemas ambientais*. Editora Edgard Blücher Ltda., 1999.

18 Elaborado pela World Commission on Environment and Development for the United Nations em 1987.

19 Realizada no Rio de Janeiro e conhecida como Conferência da Terra.

20 Trata-se de um plano de ação para o século XXI, visando a sustentabilidade da vida na Terra. É uma carta de compromissos com o ambiente, constituindo-se em uma estratégia de sobrevivência para a humanidade. Contempla nos seus 40 capítulos: a) dimensões econômicas e sociais; b) conservação e manejo dos recursos naturais; c) fortalecimento da comunidade; d) meios de implementação das ações propostas.

Com base nos parâmetros do conceito acima a OMT (2003) apresenta princípios mais detalhados para o desenvolvimento do turismo sustentável:

- 1) Os recursos naturais, históricos, culturais e outros voltados ao turismo são conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de trazer benefícios para a sociedade atual;
- 2) O desenvolvimento turístico é planejado e gerenciado de modo a não gerar sérios problemas ambientais ou socioculturais para a área turística;
- 3) A qualidade ambiental geral da área turística é mantida e melhorada onde necessário;
- 4) Um alto nível de satisfação dos turistas é mantido para que os destinos turísticos conservem seu valor de mercado e sua popularidade;
- 5) Os benefícios do turismo são amplamente estendidos a toda a sociedade.

No detalhamento das abordagens acima fica claro a necessidade da conservação dos patrimônios natural e cultural e, repetidas vezes, é destacada a importância dos residentes locais.... a conservação dos recursos turísticos pode ajudar os residentes de uma área a adquirirem uma maior consciência a respeito do seu patrimônio e a apoiarem a sua proteção;... o turismo pode ajudar os residentes a adquirirem uma maior consciência quanto à qualidade do seu ambiente e a apoiarem a proteção e o melhoramento deste, onde necessário;... com a maximização das vantagens, os residentes apoiarão o turismo se receberem benefícios em troca, ou seja, é colocada a participação da comunidade como fator de alta relevância para o desenvolvimento sustentável da atividade turística e, isto não é percebido nos municípios em estudo. Os projetos turísticos que tenham por base a comunidade constituem uma técnica importante para a expansão dos benefícios aos residentes locais (OMT, 2003, p. 24).

O sucesso do turismo sustentável depende do apoio coordenado de todos os grupos envolvidos, sendo, autoridades locais, departamentos de turismo, dos governos regional e nacional, trade turístico, organizações não-governamentais – ONGs, comunidade local e os próprios turistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ambientes naturais constituem atrativo importante na motivação dos turistas na decisão do destino a ser visitado atraindo um número cada vez maior de visitantes em todo o mundo. Muitos visitantes desejam conviver com a natureza e ao mesmo tempo praticar atividades ao ar livre sem a poluição e agitação dos grandes centros urbanos. Este crescente deslocamento demonstra a importância de estudos envolvendo as diversas áreas do conhecimento, despertando o interesse de pesquisadores voltados para questões envolvendo o desenvolvimento da atividade ecoturística como opção de lazer em áreas naturais, relacionada com o desenvolvimento sustentado da atividade.

Essas áreas naturais comumente são detentoras de recursos naturais de uma riqueza e singularidade inquestionáveis, entretanto, tais atributos não garantem por si só o desenvolvimento sustentado da atividade ecoturística. Além da existência de recursos naturais pouco impactados, é fundamental que haja um planejamento que contemple a implementação de uma estrutura de serviços e instalações adequados capazes de atender as necessidades dos visitantes, garantindo a harmonia com o ambiente natural.

O turismo baseado na natureza parece oferecer um caminho progressivo que deverá minimizar a degradação ambiental e a ruptura com as comunidades tradicionais, desatacando-se os parques nacionais como veículo ideal para este propósito.

Ainda nos locais onde a sustentação não é um tema, um desenvolvimento que faz parte de uma comunidade geralmente tem mais chance de sucesso do que o desenvolvimento em que tal processo é feito separadamente da comunidade. O sucesso dependerá, por sua vez, de até que ponto o desenvolvimento que se propõe é capaz de promover respostas dos residentes locais e produzir benefícios em que a população local possa usufruir deles.

Contudo, é provável que tentativas sinceras de integração que incluam o envolvimento das comunidades locais sejam mais bem recebidas do que o desenvolvimento para o qual não são feitos esforços no sentido de se chegar à compatibilidade, se não simbiose, com os sistemas locais ecológicos, econômicos e sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AJARA, C. **A abordagem geográfica:** suas possibilidades no tratamento da questão ambiental. In: MESQUITA, O. V. & SILVA, S. T. (coord.) *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Cit. por CASTILHO, 2003.
- ANSARAH, M. G. R. (org.). **Turismo. Como aprender, como ensinar**. Vol. 2. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial:** conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 8ª ed. Atual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru – SP: EDUCS, 2002.
- BOYD, S.W. & BUTLER, R.W. Managing ecotourism: an opportunity spectrum approach. *Tourism Management* 17(8): 577-66, 1996. In: PEARCE, D. G., BUTLER, R. W. (orgs.). **Desenvolvimento em turismo:** temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002. Cit. por SCHLÜTER, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, 1981.
- BRASIL. MICT/MMA. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.
- BRASIL. SNUC **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta a art. 225, 81º, inciso I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000.
- BUTLER, R. W. e HALL, C.M. Conclusion: the sustainability of tourism and recreation in rural areas. In: BUTLER, R. W. ; HALL, C.M; JENKINS, J. (eds.) **Tourism and recreation in rural areas**. Chichester: Wiley, 1998. Cit. por BUTLER, 2002.
- BUTLER, R. W. Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo. In: PEARCE, D. G., BUTLER, R. W. (orgs.). **Desenvolvimento em turismo:** temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002.
- CASTILHO, C. J. M. A relação homem-meio ambiente na reflexão sobre o processo de construção do espaço urbano em Recife. **Revista de Geografia**. Vol. 20, nº 1. Recife: UFPE/DCG-NAPA, 2003. p. 39-56.
- CHRISTOFOLETTI, A. O uso de modelos no planejamento ambiental e tomadas de decisão. In: Christofolletti, A. **Modelagens de sistemas ambientais**. Editora Edgard Blücher Ltda., 1999.
- COSTA, P. C. **Unidades de conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.
- DANN, G. M.S. Temas teóricos para o futuro desenvolvimento do turismo: identificando a agenda. In: PEARCE, D. G., BUTLER, R. W. (orgs.). **Desenvolvimento em turismo:** temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002.
- DIXON, J. A. e SHERMAN, P. B. (1990). Economics of protected areas. A New Look at Benefits and Costs. Washington, DC: Island Press. In: KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas – SP: Papirus, 2002.
- DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 1994.
- FENNELL, D. A. **Ecoturismo**. São Paulo: Contexto, 2002.
- FERNANDES, A. C. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. Espaço & Debates: **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Ano XVII, nº 41. São Paulo: NERU, 2001. p. 26-45.
- HAWKING, S. **O universo numa casca de noz**. São Paulo: Mandarim, 2001.
- HAWKINS, D. Global assessment of tourism policy: a process model. In: PEARCE, D. e BUTLER, R. (eds.) **Tourism Research**. Critiques and Challenges, Londres: Routledge, 1993. Cit. por DANN, 2002.

- KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas – SP: Papirus, 2002.
- KRIPPENDOF, J. **Sociologia do Turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- KRIPPENDOF, J. Towards new tourism policies. **Tourism Management** 8 (2), 1987. Cit por: FENNELL, 2002.
- MAITLAND, R. Planning the Management of Tourism for the Future, Trabalho apresentado no Simpósio sobre Planejamento do Gerenciamento Turístico para o Futuro, Universidade de Westminster, Londres, março de 1998. In: PEARCE, D. G., BUTLER, R. W. (orgs.). **Desenvolvimento em turismo**: temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002. Cit. por BUTLER, 2002.
- MEDEIROS, E.B. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MURPHY, F.E. Tourism: a Community Approach. Londres: Methuen, 1985. In: PEARCE, D. G., BUTLER, R. W. (orgs.). **Desenvolvimento em turismo**: temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002. Cit. por SCHLÜTER, 2002.
- OLIVEIRA, A. P. **Turismo e Desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2000.
- OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- PASSET, R. A ilusão neoliberal. Rio de Janeiro: Record, 2002. In: CASTILHO, C. J. M. A relação homem-meio ambiente na reflexão sobre o processo de construção do espaço urbano em Recife. **Revista de Geografia**. Vol. 20, nº 1. Recife: UFPE/DCG-NAPA, 2003. p. 39-56.
- PEARCE, D. Tourist development. Harlow, Longman, 1989. In: BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 8ª ed. Atual. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, A. B. **Geografia do turismo**: novos desafios. In: Trigo, L.G.G. (org.). Turismo. Como aprender, como ensinar. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHLÜTER, R. O desenvolvimento do turismo sustentável na América do Sul: o caso da Patagônia, na Argentina. In: PEARCE, D. G., BUTLER, R. W. (orgs.). **Desenvolvimento em turismo**: temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002.
- WEARING, S. & NEIL, J.. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manoele Ltda, 2001.